

os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas. **2)** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3e, 3f e 6, a Companhia não efetuou estudo para avaliação da vida útil restante e de valor residual dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e Intangível, para definição das novas taxas e bases de cálculos das depreciações e amortizações, conforme estabelecido pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes da utilização de taxas de depreciação e amortização pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Intangível, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2018 e 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – 1) Conforme as demonstrações de resultados dos exercícios comparativos, a Companhia tem incorrido na apuração de sucessivos prejuízos líquidos, sendo no exercício de 2018 de R\$ (244.415) mil e em 2017 de R\$ (536.625) mil (reapresentado) e (246.904) mil (publicado). Na composição do patrimônio líquido o saldo dos prejuízos acumulados totalizam o montante de R\$ (2.738.154) mil até 2018 e de R\$ (2.502.760) mil (reapresentado) e R\$ (2.213.039) mil (publicado) até 2017. Os últimos dados apresentados sobre o desempenho operacional da Companhia indicam a existência de riscos que podem gerar incertezas quanto sua capacidade de continuidade operacional, cuja posição para ser revertida dependeria do aumento de aportes de recursos financeiros durante os exercícios futuros por parte de seu acionista controlador, bem como da implantação de um plano de recuperação econômica capaz de promover o crescimento nos níveis de sua arrecadação com redução dos custos e despesas. As demonstrações contábeis estão preparadas sob o princípio contábil da continuidade operacional, supondo a utilização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal das operações. O Governo do Estado do Pará aderiu ao programa nacional de privatização das empresas do setor público de saneamento básico, instituído pelo Governo Federal, sendo contratado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, uma empresa de consultoria para a realização dos estudos de modelagem econômica. **2)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 53 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 9 municípios estão com suas concessões regulares, 31 municípios funcionam com convênio de cooperação e 13 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da Companhia, mantém no ativo imobilizado o montante R\$ 5.226 mil (R\$ 6.306 mil (reapresentado e publicado em 2017), correspondentes aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia. **3)** Conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Companhia possui o montante de R\$ 141.484 mil (R\$ 121.429 mil (reapresentado e publicado em 2017), sendo R\$ 132.947 mil no Ativo Circulante e R\$ 8.537 mil no Ativo Não Circulante, referente aos saldos líquidos de contas a receber de usuários do sistema, representados por faturas a vencer e vencidas e dos saldos com parcelamentos negociados de faturas em atraso. A Companhia adota como política para reconhecimento da provisão para perdas de créditos, as faturas vencidas há mais de 180 dias de particulares e órgãos públicos. O montante da provisão para perdas no recebimento de créditos totaliza em R\$ (570.791) mil, (R\$ (515.929 mil, reapresentado e publicado em 2017). No exercício de 2018 a média de faturamento mensal da Companhia foi de R\$ 29.638 mil para uma arrecadação média de R\$ 19.823 mil, o que representa 67% de liquidez para a realização do faturamento em razão do índice médio de 32% da inadimplência neste exercício. Consideramos que os índices de inadimplência sobre o faturamento da Companhia e sua política para o reconhecimento das perdas de crédito, resultam em frequentes ajustes sobre os saldos das contas a receber de usuários, com reflexos sobre saldos do Ativo Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **4)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 81.903 mil, (R\$ 84.970 mil reapresentado e publicado em 2017), registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **5)** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia possui um acordo judicial feito com Procuradoria Geral da Receita Federal – PGFN para o pagamento de dívidas previdenciárias e não previdenciárias, ajuizadas e não ajuizadas, mediante cronograma de amortização em 240 parcelas com vencimento final até dezembro de 2034. O valor fixado para pagamento mensal do cronograma de amortização da dívida acordada é calculado a razão de 5% do montante da arrecadação mensal da Companhia, sendo o pagamento das parcelas de amortização efetuado através de depósitos em juízo. A Companhia possui outros débitos previdenciários e não previdenciários alguns em processos de parcelamento que estão sendo pagos e outros não parcelados. O montante dos débitos tributários ajuizados e não ajuizados totalizam o valor de R\$ R\$ 981.131 mil, (R\$ 890.101 mil (reapresentado) e R\$ 600.380 mil (publicado) em 2017), sendo o valor de R\$ 649.196 mil classificados no Passivo Circulante e R\$ 331.935 mil no Passivo Não Circulante. O total das amortizações pagas em juízo relativas aos débitos ajuizados e acordados judicialmente totalizaram o montante de R\$ 19.717 mil (R\$ 25.943 mil em 2017). A atualização dos saldos com os débitos tributários integrantes do acordo judicial e dos outros débitos parcelados e não parcelados, foram efetuadas com base em levantamento interno realizado pela Companhia e outros através de extrato das dívidas obtidos junto a Receita Federal (RFB/PGFN). Consideramos que esses montantes estão sujeitos a eventuais alterações para ou para menos, decorrentes da necessidade de ajustes contábeis para atualização das dívidas pelos seus montantes efetivos, quando da consolidação dos valores nos processos do acordo judicial e demais parcelamentos, com reflexo nas contas patrimoniais relacionadas do Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **6)** Conforme descrito nas notas explicativas nºs 9 e 10 sob a rubrica de Provisão para Contingências, a administração da Companhia adota posição conservadora e reconhece provisão para perdas sobre as contingências trabalhistas e cíveis com avaliação de risco de perdas prováveis e possíveis. O montante das contingências contabilizadas foi de R\$ 78.442 mil, (R\$ 68.264 mil reapresentado e publicado em 2017), sendo classificado o valor de R\$ 14.792 mil no Passivo Circulante e R\$ 63.650 mil no Passivo Não Circulante. Na opinião dos consultores jurídicos e dos administradores os valores contabilizados são considerados suficientes para cobrir os prejuízos decorrentes das perdas nos processos. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer à necessidade de ajustes contábeis para mais ou para menos sobre os valores dessas provisões para contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **7)** Conforme descrito na nota explicativa 12b no exercício de 2018 foi recebido do acionista controlador Governo do Estado do Pará o montante de R\$ 150.117 mil (R\$ 129.190 mil em 2017) destinados ao financiamento do custeio da Companhia e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital totalizam o valor de R\$ 658.655 mil, (R\$ 508.538 mil reapresentado e publicado em 2017). Não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. A falta de formalização da natureza dos créditos para aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido. **8)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

Principais assuntos de auditoria - Sistemas integrados de gestão - A Companhia não possui sistema integrado de gestão, que permita a integração das informações contábeis, financeiras, administrativas e departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com um sistema para o módulo contábil e outro sistema para os demais módulos da Companhia. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações sistêmicas para unificar estes módulos. Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, avaliação e eficácia operacional dos principais controles internos relacionados ao processo implementados pela Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que